

# HORIZONTES HISTÓRICOS

## A CONVULSÃO POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: QUAL O LUGAR DE UMA PERSPECTIVA AFRICANA?

*Augusto Nascimento\**

Neste texto<sup>1</sup>, intento pôr em diálogo a atual situação política em São Tomé e Príncipe e as possíveis abordagens analíticas e políticas dessa situação. Para isso, em primeiro lugar, exporei uma síntese da evolução política no arquipélago, desde há anos passível de ser adivinhada por quem interpretasse as mutações sociais e culturais entre os são-tomenses como indícios da espiral da perda da capacidade de determinação do seu futuro. Diga-se, finalizo este texto nos dias em que se edifica uma situação autoritária, iniludivelmente contra elementares princípios democráticos e, lamentam alguns são-tomenses, ao jeito de uma governação conforme à (quicá, impropriamente apodada) *tradição africana*. Em segundo lugar, sopesando a pertinência política e social de um saber particular – para alguns, desejável ou esperançosamente africano ou são-tomense –, perguntarei se e como tal saber pode contribuir para a equação e resolução dos cruciantes problemas do arquipélago.

Independentemente da forma como se queira hoje racionalizar (e, mesmo se implicitamente, justificar) a evolução política – pautada, por um lado, pela corrosiva desagregação social e, por outro, pela imparável debilidade institucional que tornou a sociedade são-tomense vulnerável à concentração do poder e à fulanização do mando –, em 1975 nenhum são-tomense, mais ou menos entusiasta da independência, a imaginou<sup>2</sup>. A par do alheamento de parte dos ilhéus, a perplexidade tornou-se o sentimento de muitos deles face à inapelável evolução política na sua terra, da qual hoje só já esperam crescentes dificuldades para as suas vidas. Evidentemente, a questão é a

---

\* Investigador com agregação do Centro de História da Universidade de Lisboa, colaborador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL e do Instituto de História Contemporânea da UNL.

<sup>1</sup> Expus um resumo deste texto, escrito em maio de 2018, no *I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Africanos* realizado na UFRJ, no Rio de Janeiro, de 11 a 13 de Abril de 2018.

<sup>2</sup> Aliás, bem mais recentemente, muitos apoiantes da atual governação não terão imaginado os contornos de que ela se viria a revestir, nem as consequências do atual processo de corrosão política e social.

de saber como é que se chegou ao presente estado de entropia e de anomia, de clivagem social e de inoculação do ódio, de que se esbatera a memória, salvo, porventura, entre os mandantes.

Este e outros processos similares desmentem a ideia de um progressivo alijar das cargas opressivas no decurso da história, constatação que se torna incômoda, desde logo pelo cotejo com a apriorística presunção do ganho com a independência<sup>3</sup>. Mesmo que se elida este incômodo, resta uma inquietação, quiçá indevida, que terá a ver com a relativa inutilidade libertadora da muito alardeada perspectiva africana ou são-tomense, também local ou endógena, e, em qualquer dos casos, ligada à (imaginada) agência dos oprimidos, a que, todavia, estes se mostram menos propensos do que o que o presumem os estudiosos de processos emancipatórios, os quais por regra laboram na base da empatia para com os oprimidos. Aduza-se, perante o processo de perda política e social atualmente vivido em São Tomé e Príncipe<sup>4</sup>, os intelectuais são-tomenses, sempre prontos a trocar essa condição pela de políticos, não revelam capacidade de o modelar e, menos ainda, de o inverter<sup>5</sup>.

Aliás, para além do escrutínio do (desejado) atributo emancipatório do saber dito africano, ou local, cumpre aludir às dificuldades em distingui-lo de um saber dito europeu ou ocidental. Também por razões históricas será difícil discernir um saber são-tomense acerca da história, sociedade e cultura em São Tomé e Príncipe<sup>6</sup>. Sucede que

---

<sup>3</sup> No plano ético e filosófico, não há pior regime do que o colonialismo dada a sua insanidade moral. Mas este raciocínio podia não ser corroborado por pessoas para quem a questão da soberania ou para quem o seu lugar na sociedade pautada pelo magma racista era uma questão secundária relativamente ao acesso aos bens essenciais para a vida.

Não acrescenta nada de fundo ao dilema em causa, mas lembre-se que em São Tomé e Príncipe alguns dirigentes vieram a achar que a independência tinha sido um erro, para além de que não raramente ouvi dizer que no *tempo do colono* se vivia melhor (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). Decerto, estas asserções continham algo de circunstancial e de reativo às privações inesperadas. Porém, todos os sentimentos, incluindo os dos arvorados nacionalistas, e todas as enunciações têm sempre algo de circunstancial e não será por tal que deixarão de ser consideradas.

<sup>4</sup> Já neste ano, a mediação da ONU perante os primeiros sinais de subversão do Estado de direito democrático no arquipélago foi risível, para não dizer lamentável. Cumpre igualmente dizer que se a visita do presidente português em fevereiro pretendia ter alguma influência positiva, que a diplomacia costuma reclamar como resultado da sua atuação reservada, essa hipotética influência foi imediatamente desqualificada pela subsequente visita de Ali Bongo e, sobretudo, pela marcha dos acontecimentos até hoje.

<sup>5</sup> O desespero e a impossibilidade de expressão de opiniões adversas ao poder político e a falta de um debate democrático fazem pulular a agressividade verbal num fórum ainda não silenciado ou capturado para a monolítica narrativa do governo que se pretende instituir como uma verdade. Perante a tergiversação e o alheamento de instâncias internacionais, alguns dos comentários na internet, além de insultuosos, materializariam o que se convencionou chamar de interiorização alienada da racialização. Porém, eu diria que a carga conotativa traduz menos uma abordagem alienada – em termos que lembram os bordões colonialistas – do que uma intenção de desagravo que, em desespero, só o insulto ou a denúncia da incapacidade dos negros pelos próprios parece concretizar.

<sup>6</sup> Acerca da desertificação cultural imposta pelo colonialismo, veja-se NASCIMENTO 2007.

amiúde se quer inferir de uma presumida especificidade cultural um saber específico, da terra, o que nem sempre é possível ou producente. Mas mesmo que fosse possível reconhecê-lo e, por exemplo, inventariá-lo, não é líquido que se o pudesse mobilizar para efeitos de regulação social e de ordenação política em termos suscetíveis de merecer a aprovação dos são-tomenses<sup>7</sup>.

Presumidamente, esse saber local, endógeno, será diferente do saber ocidental que hoje muitos não querem mais reconhecer como um saber universal, antes o etiquetam de hegemónico e, logo, de inapropriado para descrever e explicar a situação vivida em contextos singulares como, por exemplo, São Tomé e Príncipe. Em todo o caso, uma narrativa, reclamada de africana ou são-tomense, teria de ser reconhecível como lógica e plausível. Logo, cabe perguntar: ditaria essa visão africana, são-tomense<sup>8</sup> ou local, uma leitura diversa da que muitos chamados de ocidentais traçam dos rumos das mudanças e da evolução política em São Tomé e Príncipe?

Na verdade, de que se fala quando se evoca um saber que, na falta de caracterização detalhada no plano teórico e de rala fundamentação empírica, se transforma numa convenção ou numa crença acerca da presumida valia dos saberes endógenos que raramente se consubstanciam<sup>9</sup> e se tornam efetivos nos planos político, social e cultural. Concretizando, perguntar-se-á onde finda a convenção ou a retórica e começa um saber africano, ou são-tomense, que, de algum modo condizente com uma matriz cultural, se torna particularmente profícuo...

Afinal, a qualquer tentativa de teorização (que supostamente caracteriza, prediz e pretende alterar comportamentos) não subjazerá a tentativa de transformação ou, pelo menos, de modelação da realidade? Das sentenças acerca da necessidade de extirpar o eurocentrismo queda por perceber o sentido e o alcance da transformação a operar no saber, porquanto à denúncia de um eurocentrismo indevido não se sucede uma clara

---

<sup>7</sup> Nos derradeiros anos, produziram-se compilações de hábitos e de costumes, mas queda por equacionar a valia política dos valores que porventura operam em níveis diferentes das relações sociais.

<sup>8</sup> Em 1997, o são-tomense Amaro COUTO defendia que o movimento democrático são-tomense se caracterizava pela limitação ou mesmo pela inexistência do pensamento político endógeno, cf. 1997: 63.

<sup>9</sup> Numa formulação de alguma forma resultante das perplexidades resultantes da adoção da democracia, COUTO defendia que o povo são-tomense resultava da fusão de dois vetores, podendo a sua cultura chamar-se afro-europeia. Localizado no meio do mundo, o arquipélago estava predestinado à combinação desconflituada entre a África e Europa, pelo que dessa combinação deveria resultar a teoria e prática da democracia nas ilhas (1997: 7), um prognóstico idealista sem confirmação até hoje.

Segundo outra formulação, a junção de fatores como a mistura de “sangues e de culturas” e dos não menos naturais posicionamento geográfico e pequenez territorial e demográfica facilitava a criação de uma democracia política específica, resultante da composição de valores de participação pluralista europeia e de valores consensuais gerados pelo modo de organização político-social africano (*idem*: 123). Diga-se, esta formulação permanece vaga por não se identificarem os ditos valores consensuais africanos.

definição dos objetivos de cariz político, económico e social decorrentes de um outro saber emergente, africano ou local e, em todo o caso, pressupostamente são-tomense.

No domínio do senso comum, em que implicitamente pode operar uma difusa teleologia, pelo menos no tocante às vidas pessoais, prevalece a perspectiva de melhoria de vida como materialização da trajetória da humanidade. Ora, em face do acúmulo de desilusões desde a independência, poderá um saber histórico são-tomense concluir pela impossibilidade de um progresso, na maioria dos casos, por regra entendido como o acúmulo de bens e a previsibilidade da vida?

Em São Tomé e Príncipe, desde a independência, os discursos políticos (e os raros excursos analíticos) destoaram da realidade sem que tal recorrente desconformidade tivesse sido assinalada e superada, mesmo se, por força da insularidade e da pequenez territorial, tal desconformidade era evidente. Não terá sido essa desconformidade que, juntamente com as privações e as provações, empurrou os são-tomenses para sucessivas soluções (enganadoramente) salvíficas<sup>10</sup>?

### **A deriva política após a independência**

Após a independência em 12 de Julho de 1975<sup>11</sup>, São Tomé e Príncipe conheceu um regime monolítico de coloração socialista e uma democracia representativa de recorte dito ocidental, aprovada em 1990 por uma expressiva maioria da população cansada das demandas de trabalho estrénuo e da pobreza do dito socialismo.

Desde 1975, na esteira da suposta luta contra o colono, que, na realidade, constituiu uma imposição dos ideais da autointitulada vanguarda e, nessa medida, uma luta contra o próprio “povo”, cujos interesses a jovem vanguarda pretendia interpretar, representar e defender<sup>12</sup>, instaurou-se um regime de partido único de vocação socialista que não tardou a recorrer ao medo para silenciar as dissonâncias<sup>13</sup>.

Relativamente ao acatamento da autoridade dos independentistas, que, depois da “luta” tinham acabado como que ungidos pela autoridade colonial demissionária, realcem-se as continuidades relativamente ao colonialismo, cujas instituições foram

---

<sup>10</sup> Cf. NASCIMENTO 2013a.

<sup>11</sup> A independência foi antecedida de uma transição com atribulações políticas devido à “luta” a destempo contra o colono demissionário, cf. NASCIMENTO 2015a.

<sup>12</sup> Cf. NASCIMENTO 2015a.

<sup>13</sup> Cf. NASCIMENTO s. d.

emuladas<sup>14</sup>, mesmo se ao tempo iam sendo desacreditadas e instrumentalizadas. À época, inebriados com o putativo socialismo conducente a um prometido bem-estar, maior do que o já proporcionado no ocaso do colonialismo, ninguém falou no eurocentrismo e, menos ainda depreciativamente, do desajustado progressismo dos revolucionários<sup>15</sup>.

Nos anos seguintes, embora não se tivesse teorizado acerca da matriz cultural isleña, ninguém se ressentiu com as parcas alusões a uma índole culturalmente miscigenada ou até europeizada dos são-tomenses ou com a referência ao desígnio de erigir no arquipélago uma Suíça em África (desígnio que implicava a rejeição das desgraças vividas em África, tal era a crença na mudança da natureza humana e na eliminação do mal por força do élan da ideologia de inspiração marxista. Ainda no tocante a heranças culturais operantes (embora oficialmente escamoteadas), as ideias de redenção (ligada à religião cristã) e de progresso (versão secularizada da redenção) não entroncariam no conglomerado cultural legado pelo colonialismo?

Nem nos tempos do socialismo, nem aquando da implantação da democracia alguém lembrou a ausência de uma matriz africana nas soluções políticas<sup>16</sup>. Em 1975, por força até da mudança político-ideológica aparentemente radical, o destino de São Tomé e Príncipe parecia em conformidade com o da humanidade, o que dispensava a elaboração de uma visão africana ou, mais especificamente, são-tomense.

De outro ângulo, à celebrada libertação do país ou do “povo” – à época, uma subliminar indução de um sentido de comunidade que se perderia se se negasse a lealdade ao líder da revolução – não sucedeu a liberdade dos cidadãos, não existindo, por exemplo, espaço para a livre expressão dos sentimentos e das opiniões.

---

<sup>14</sup> Veja-se NASCIMENTO 2013b.

<sup>15</sup> A racialização tinha curso nos remoques que, à boca pequena, os são-tomenses teciam à carga de demandas dos corpos e das almas sem a correspondente retribuição em bem-estar ou em bens materiais. Uma das expressões mais rudes (para alguns, alienada) que ouvi foi “isto do comunismo com o preto não dá” (*testemunho pessoal, A. Nascimento*), sinal de uma clarividência da *rua* maior do que a dos dirigentes. Se não se dera o caso de ter concluído isso havia muito tempo, calando a constatação para manter o poder, a vanguarda política, que interpretara os “verdadeiros interesses” do “povo”, não tardariam a chegar a idêntica conclusão, prescindindo do regime socialista mas reservando para si os cómodos do vindouro capitalismo.

<sup>16</sup> Colocando a questão em perspetiva, também podemos falar de africanização para caracterizar o processo de implantação regime de partido único – a circunstância de se apresentar uma narrativa ideológica e um desígnio político aparentemente coerentes não significa que não operasse uma lógica de apropriação consonante com a africanização da política, ao serviço da qual esteve a ideologia marxizante. Na verdade, a africanização só não era tão evidente por a invocada legitimidade revolucionária parecer dar azo à transformação das instituições na ressaca da “luta” contra o colono. De resto, a política estava mais voltada para a apropriação das instituições e de pertences do que para a valorização de tradições, de que os revolucionários desconfiavam, quando não as temiam.

Ao cabo de poucos anos, o zelo revolucionário suscitou reações populares que foram contidas pela violência orquestrada por assessores cubanos da Segurança<sup>17</sup>, criada pouco depois da independência, não para defesa da revolução ou do povo, mas do regime e, sobretudo, dos respetivos titulares. Os motins de agosto de 1979 indicaram que os ilhéus, mormente os do mato, enjeitavam o regime. Da repressão das pessoas só se deve ter sabido pelos relatos boca a boca, o que, evidentemente, não fazia senão disseminar o medo.

Não deixa de impressionar a vulgarização entre os políticos da narrativa acerca da incompreensão popular dos intentos do censo como causa das amotinações de 1979. Alguns dirigentes não podiam deixar de entender tais amotinações como uma rejeição do regime, mas preferiram propalar uma lengalenga desarrazoada sobre a má compreensão dos intentos do censo pela população. Com esse discurso em roda livre, que menoscabava a inteligência da população, os dirigentes diminuía-m-se a si mesmos e apartavam-se, ainda mais, dos seus concidadãos.

Aos eventos de agosto de 1979 sobreviriam uma purga no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP), traduzida em imputações de atentados na prisão de presumidos réus – com destaque para Miguel Trovoada –, inapelavelmente condenados ainda antes das respetivas prisões arbitrárias.

Até aos primeiros anos da década de 1980 – até à inimaginável seca de 1983-1984 – predominou o medo. Ao tempo, de permeio com o receio inculcado nas pessoas, silenciosamente os governantes começavam a deslizar das promessas feitas aos cidadãos sobre um bem-aventurado futuro para a inconfessada convicção da impossibilidade de as concretizar<sup>18</sup>. Sem a conveniente separação entre governantes e governados por força da contiguidade física e das afinidades familiar e social entre os ilhéus, a duplicidade dos dirigentes tornava-se evidente para o grosso dos ilhéus.

Cabe perguntar porque é que, ainda assim, muitos ilhéus persistiam em aderir, ao menos publicamente, ao MLSTP. Algumas pessoas com tirocínio do mundo e formação política racionalizavam as medidas governativas para servirem a sobrevivência do

---

<sup>17</sup> Veja-se uma súmula dos eventos e das subseqüentes prisões e torturas por SANTO 2015: II, 88 e ss.

<sup>18</sup> MBEMBE qualifica de “imaginação histórica” a ideia de que a dimensão económica era premente, podendo as demais dimensões da vida em sociedade – a cultural e a política – esperar (2013: 111). É curioso considerarmos a ideologia uma imaginação, mas, realmente, as sociedades viveram alentadas, ou fingindo crer, numa ficção travestida de certeza científica. Segundo outra formulação, esperar que a ideologia socialista pudesse conferir ao Estado uma eficácia acrescida era acreditar em algo de improvável, cf. CHABAL 2002: 40. Acrescente-se que, no arquipélago, desde meados da década de 80, a ideologia e o socialismo já eram objeto de sarcasmos na rua (*testemunho pessoal, A. Nascimento*).

MLSTP, que lhes parecia a âncora da sua sociedade, independentemente do que de errático, contraditório e até moralmente incorreto se tivesse de perpetrar. Entre elas, algumas incumbiam-se de forjar o palavreado acerca da missão do MLSTP em prol da salvação do seu “povo”<sup>19</sup>. Mas, refeita, a pergunta também tem pertinência para o comum das pessoas da *rua*... desde quando laborava a adesão ao mais forte e a procura de segurança ou de oportunidades, mais do que o apego aos vagos ideais revolucionários apregoados após a independência?

Também pela indisfarçável duplicidade dos dirigentes, que não partilhavam das dificuldades demandadas ao comum dos ilhéus, as injunções foram perdendo eficácia, até porque a descrença assolava os próprios dirigentes. Como era dito, nos anos 80, em surdina alguns lamentavam a independência, no que não faziam senão acompanhar as vozes na rua.

Ao longo dos anos de socialismo nunca se questionou as palavras de quem, adjetivado de líder, era, sobretudo, chefe. Quando este mudou de opinião relativamente ao destino do país, mesmo se contrafeitos ou relutantes, os militantes acompanharam-no. Com a mesma autoridade com que anos antes se proclamara o vindouro socialismo – uma realidade inelutável dado o devir da história<sup>20</sup> – após a seca de 1983-1984 anunciou-se a abertura da economia à iniciativa privada e valorizou-se o papel do mercado. Em todo o caso, o impasse económico entrementes criado e a consequente desagregação social levaram o regime à falência política e à abdicação. Nem a (inexistente) luta política nem a pressão social foram decisivos para a mudança política. Menos ainda o foi o saber ou qualquer visão africana, ou da terra sobre os são-tomenses.

### **A adoção da democracia representativa**

Em 22 de agosto de 1990, a larga maioria da população aprovou a nova constituição. A adoção da democracia<sup>21</sup> – forçada pelo irresolúvel impasse económico do regime socialista – continha duas vantagens: o equilíbrio de poderes (que, hoje,

---

<sup>19</sup> Até à sua morte, Alda do Espírito Santo personificou esta devoção ao MLSTP e, em certa medida, ao “povo” são-tomense; a este respeito, ver NASCIMENTO 2015b.

<sup>20</sup> Acerca da equação moral e política em nome do fim da história, consulte-se JUDT 2012.

<sup>21</sup> Sem embargo da aprovação massiva, dir-se-á que a democracia foi uma solução imposta de fora, desde logo por não se terem em conta especificidades locais (veja-se COUTO 1997) ou por o referendo e a subseqüente adoção da constituição não poderem esgotar as possibilidades de participação política dos são-tomenses. Tal ponderação merece ser sopesada, tal como se deve avaliar com idêntico sentido crítico, por exemplo, a ideia de independência imposta pela Cívica e pelo MLSTP em prejuízo de propostas políticas de outros que não eram menos são-tomenses.

depois de esvanecido, se verifica ser apreciado) e, sobretudo, as liberdades individuais, assaz relevantes numa micro-sociedade como São Tomé e Príncipe.

Desde 1990, a pouca transparência da ação governativa, onde se entranhara a corrupção<sup>22</sup>, teve durante décadas como que um contraponto na observância dos direitos humanos e, sobretudo, na liberdade de expressão. Assim, se outra desforra os desapossados de tudo, até do futuro, não poderiam alcançar, tinham, pelo menos, a possibilidade de vituperar os *políticos*. São Tomé e Príncipe tornou-se num caso assinalável de liberdades democráticas, o que, dir-se-ia, confirmava a democracia representativa como o enquadramento político para a índole cultural dos são-tomenses. Noutros termos, estes terão abraçado a mudança para a democracia como uma reconciliação com o seu substrato cultural, ao tempo tido como europeizado.

Porém, ao invés da esperança ingénuo na reposição da ordem pelo fortalecimento da legitimidade e da eficácia das instituições, sem delongas a democracia patenteou a conflitualidade política muito determinada pelas rivalidades pessoais (conflitualidade que, tanto na era colonial como no regime de partido único, estivera abafada pela reverente obediência ao chefe e contida em círculos restritos e informais). Diga-se, as ditas “rivalidades” de cariz pessoal<sup>23</sup> são, antes de mais, lutas acirradas pelo poder e pela exclusão do adversário político. Tais lutas só parecem questiúnculas pessoais devido a proximidades pretéritas e à contiguidade forçada dos intervenientes.

O estendal de litigância pública – cedo anunciada pela demissão pelo presidente Miguel Trovoada do governo do Partido da Convergência Democrática - Grupo de Reflexão, partido que o escolhera como candidato presidencial e o fizera eleger – foi interpretada como um resultado da vulnerabilidade da democracia, cujas instituições não pareciam capazes de compaginar ou de conter a zizânia entre os ilhéus, em resultado do que grassaria a instabilidade política.

Diga-se, eventuais óbices à consolidação democrática em São Tomé e Príncipe não decorreram de uma ação obstrutiva do partido histórico, no qual, apesar das reticências previsíveis dos que lhe eram desfavoráveis, a mudança acabou aceite pela maioria dos seus elementos<sup>24</sup>. Os óbices poderão ter decorrido da falta de hábito de

---

<sup>22</sup> Segundo CHABAL, em São Tomé e Príncipe, mais do que à moldura ideológica, o falhanço deveu-se à corrupção e à ineficácia, cf. 2002: 72.

<sup>23</sup> A este respeito, veja-se, por exemplo, SEIBERT 2001.

<sup>24</sup> Diversamente de outros contextos, onde ocorreram democratizações parciais, nalguns casos mais de cosmética, ainda que com espaço, anteriormente inexistente, para oposições (YOUNG 2004:42), em São Tomé e Príncipe assistiu-se a uma democratização real, ao menos no tocante à liberdade de expressão e a

participação política, um déficit que, remontando ao colonialismo, foi aprofundado após a independência. Outros óbices foram a erosão das instituições e a influência das privações e da incerteza no acentuar da atomização dos indivíduos e das dependências pessoais.

Indício de mutações no trato social, do tempo das casas de porta aberta passou-se ao das grades nas janelas. Numa mutação similar, embora de outra grandeza, passou-se da delimitação dos quintais por espécies arbóreas à vedação das propriedades por muros de pedra. Embora se pudesse imputar a desagregação social e a inobservância dos costumes e das leis às liberalidades da democracia – tal como conveniente mas ilusoriamente se atribuía o desapego pelo trabalho à memória da escravatura –, o problema do padrão do mando e da regulação social existia desde a independência.

Alguns vieram a atribuir a deriva de desgovernação ou de contínua litigância à arquitetura institucional, decalcada da portuguesa<sup>25</sup>, que, portanto, deveria ser substituída por outra arquitetura política mais conforme à personalidade cultural são-tomense. Poderia tal ponderação analítica levar à concretização de uma perspectiva africana ou são-tomense<sup>26</sup>? A admitir que para merecer tal atributo devia ser consentânea com a suposta índole do povo são-tomense, como se poderia definir e avaliar tal critério?

Em termos simplistas, o presidente Fradique de Menezes chegou a dizer que a democracia era boa para a discussão mas que era um escolho à governação. Dir-se-ia que fazia caminho a ideia de uma revisão constitucional no sentido de tornar a constituição mais conforme à dita *tradição africana* ou à índole dos são-tomenses. Porém, perante a iniciativa presidencial de revisão constitucional, os próprios deputados do partido criado por Fradique de Menezes rejeitaram tal revisão que outorgava mais poderes ao presidente<sup>27</sup>.

---

uma efetiva competição partidária, conquanto esta tenha sido distorcida pelo famigerado *banho*, isto é, pela (tentada) compra dos votos a troco da suposta venda das consciências.

<sup>25</sup> Apesar de a constituição ter sido elaborada por um constitucionalista português, sendo, por isso, muito similar à portuguesa, a constituição semipresidencialista elaborada para São Tomé e Príncipe sofreu uma alteração no sentido do reforço dos poderes presidenciais, mormente no tocante às relações exteriores e à política de defesa, além de outras prerrogativas excepcionais em regimes semipresidencialistas.

<sup>26</sup> Vale a pena lembrar o aviso cautelar de MBEMBE: “O bastão, o gorro de leopardo e o enxota-moscas constituem símbolos de modos de governar que, para se sistematizarem ideologicamente, recorrem a conceitos espantosos como o de ‘democracia à africana’”, cf. 2013:102-103.

<sup>27</sup> Atualmente, indício da volatilidade e da desordem política é o facto de deputados da maioria presumivelmente acatarem ordens para, sem quaisquer hesitações, protagonizarem a subversão da ordem constitucional.

Já uma tentativa de revisão constitucional que diminuía os poderes do presidente levou Fradique a dissolver a Assembleia, decisão na qual recuou no prazo de horas. Tais peripécias não seriam trágicas se não indicassem como os atos dos dirigentes eram impensados e inconsequentes, deixando suspeitar que, também num regime democrático, as decisões permaneciam fora do cenário institucional, isto é, do quadro conjecturado por quem ingenuamente teimasse em supor e em fazer crer que a racionalidade preside às decisões políticas.

Nos anos 90, concomitantemente à aplicação do programa de ajustamento estrutural, o empobrecimento fustigou duramente os mais pobres, cavando o desespero, também devido à aparente inviabilidade do país. Todavia, a emersão da miragem do petróleo impeliu à redefinição da ancoragem do arquipélago e, decerto, suscitou os primeiros lances no sentido da apropriação dos putativos recursos do petróleo. Sucederam-se várias peripécias em torno dos negócios dos direitos da exploração petrolífera, teceram-se acordos de delimitação de fronteiras marítimas e criou-se com a Nigéria uma zona de exploração conjunta do petróleo no mar. Num realinhamento diplomático em detrimento da costumeira proximidade com Angola, o país aproximou-se da Nigéria e abriu-se a imigrantes oriundos do entorno geográfico.

Com a promessa de enriquecimento a breve trecho, tal reorientação diplomática suscitou pronunciamentos, mormente na blogosfera, acerca da (indesmentível para uns, conquanto questionável para outros) africanidade da personalidade cultural dos são-tomenses. Tal deveria ter conduzido à problematização da respetiva relevância para o ordenamento político, mas as discussões tenderam a cingir-se ao, fim e ao cabo, que de emblemático tinha, ou não, a arrogada pertença africana. Presentemente, a outrora apaixonada discussão da identidade cultural insular, esbatida pelo esfumar da mirífica promessa do petróleo, acaba relativizada pela alteração radical do quadro democrático.

### ***Da africanização da política à conquista do poder e à restauração autoritária?***

Corolário de uma estratégia de tomada de poder pensada e executada desde há décadas, a atual convulsão política decorre de o intento de Patrice Trovoada transcender a mera apropriação casuística de recursos, fito imediatista que decerto norteou desempenhos políticos anteriores.

Hoje primeiro-ministro, chefe de uma maioria absoluta de deputados e de um presidente da República, Patrice Trovoada preparou desde há muito o caminho até ao

poder. Conquanto durante anos possa ter sido menoscabada, essa persistente estratégia sobressai quando comparada com a inconseqüência dos posicionamentos dos políticos adversários.

De alguma forma, o tirocínio começou em 1991 com a eleição de seu pai, Miguel Trovoada, que terá conseguido desviar para si o apoio inicialmente destinado a Guadalupe de Ceita<sup>28</sup>. Na seqüência da eleição do pai para presidente, Patrice Trovoada foi nomeado seu assessor para assuntos internacionais.

Em 1994, formou-se a Ação Democrática Independente (ADI), um partido ligado ao presidente Miguel Trovoada<sup>29</sup>. Este partido foi conquistando o seu espaço devido à ascendência do presidente, posteriormente continuada por Patrice Trovoada.

Em 2001, a promoção da candidatura presidencial de Fradique de Menezes por Miguel Trovoada revelou-se um lance político tática e estrategicamente insuperável. Fradique era um candidato de fora do sistema político, que renovava a oportunidade para a recidiva dos ilhéus na (vã) esperança em soluções salvíficas engendradas fora da *política*. Por isso, e certamente também pelo seu alardeado sucesso empresarial, era o único candidato capaz de concitar o apoio bastante para derrotar inapelavelmente Pinto da Costa, que Miguel Trovoada não queria ver eleito e, menos ainda, com votos determinados pela algo inevitável desilusão relativamente ao seu mandato.

Patrice Trovoada foi diretor da campanha de Fradique em 2001<sup>30</sup> e tornou-se por algum tempo ministro dos negócios estrangeiros, passo que o integrava de vez na cena política da terra. Potenciado pelo crescendo da ADI, que obteve 16,2% de votos nas eleições de 2002, em 2006, quando ninguém se dispunha a perder contra o recandidato Fradique – que em 2002 criara o Movimento Democrático Força da Mudança - Partido Liberal –, Patrice dispôs-se à liça, sendo apoiado por um titubeante e

---

<sup>28</sup> Cf. CEITA 2012.

<sup>29</sup> Na biografia de Patrice Trovoada, SANTOS defende que Miguel Trovoada foi alheio à ideia e à formação da ADI (2014:178-179). A comparação e a prudência obrigam a duvidar daquela asserção, ademais desfasada da realidade porque se tornou evidente que a ADI era um partido do presidente, como outros, embora com contornos diferentes, o foram ou vieram a ser de outros presidentes.

<sup>30</sup> SANTOS 2014: 216.

A campanha de Fradique foi uma pedrada no charco. Em primeiro lugar, esta candidatura fez ruir as esperanças de protocandidatos que esperavam o reconhecimento popular pelos “feitos nacionalistas”. Ora, o povo queria mais pão para a boca do que pagar dívidas de gratidão que, em rigor, não contraíra. Em segundo, a coreografia apelativa com a inclusão de jovens bailarinas, com o inusitado toque de sensualidade nos até então cinzentos palcos de políticos, e o desassombro de Fradique que, supostamente rico, rejeitava a conveniência e apodava o opositor, ex-presidente, de “preguiçoso” (*testemunho pessoal*, A. Nascimento), não deixavam de ser aliciantes para uma mole de desapossados propensos a que se lhes lembrasse as malfeitorias do regime de partido único, a quem atribuíam as suas provações.

desnorteado MLSTP e, aventou-se, pelo governo de Angola<sup>31</sup>. Patrice perdeu contra Fradique mas, com cerca de 38% dos votos, cimentou a sua posição no cenário político.

Sinal das debilidades dos desempenhos políticos e dos intrincados compromissos pessoais, a refrega eleitoral não impediu Fradique de vir a apoiar uma solução governativa chefiada por Patrice. Segundo o então primeiro-ministro Tomé Vera Cruz, uma maquinação terá levado Fradique a tentar fazer aceitar o nome de Patrice Trovoada para primeiro-ministro, causando a sua demissão.

Independentemente de dichotes e de intrigas, ao mesmo tempo que durante anos nenhum partido deixou de contemporizar com Patrice Trovoada, este conseguiu sempre aparentar desapego face ao poder, sumindo da terra nos intervalos de engajamentos políticos e pleitos eleitorais, dando a ideia de não carecer da *política* para viver...

Diferentemente de outros partidos – designadamente do MDFM-PL, finado com o termo dos mandatos presidenciais de Fradique –, o ADI manteve-se sustentado na suposta riqueza e na promessa de poder do seu chefe. Como os demais, tornou-se um partido de um homem só, que prima pela quase ausência de bases ideológicas e programáticas<sup>32</sup>, lembre-se, igualmente vagas ou ausentes nos demais partidos.

Sem embargo do apoio popular, equacione-se a hipótese de ao ADI subjazerem laços clientelares, como o indicia a estrita constância do pessoal político. A exemplo da arregimentação de lealdades perseguida por outras forças partidárias, o ADI tenta angariar clientela fidelíssima. A diferença reside no grau de solidez dos laços de dependência pessoal decerto construídos ao longo de anos<sup>33</sup>. Com efeito, afóra as adesões à ADI – onde a dissonância e a pluralidade de opiniões são contidas pela lealdade ao *chefe* –, não se pode descartar um persistente trabalho de captação de fidelidades caladas que se tornaram quase inamovíveis, pelo menos até ao dia em que houver um sinal da alteração da situação política. Esse trabalho de captação de lealdades

---

<sup>31</sup> Não sabemos em que medida o MLSTP decidiu por razões suas – entre elas, o receio da derrota e um vago ressentimento contra uma figura inconveniente e impertinente, que, a seu jeito, também não era da terra – e não por quaisquer ponderações alheias apoiar a candidatura de Patrice Trovoada. O eventual apoio de Angola terá contribuído para o MLSTP apoiar Patrice Trovoada contra Fradique de Menezes, quiçá detestado pelos angolanos; acerca deste lance, veja-se SANTOS 2014: 239-240.

<sup>32</sup> Porventura, o enunciado mais completo de um desígnio de governo foi apresentado como posfácio da sua biografia. Vários dos pressupostos de uma boa governação – que não se distanciam do que se poderia considerar um património universal, também (dito) ocidental, de valores políticos e éticos – são consensuais para pessoas de um largo espectro político, defensoras do Estado de direito democrático. Neste momento, a governação chefiada por Patrice Trovoada viola o Estado de direito democrático.

<sup>33</sup> Não é necessário levar longe a imaginação nem ser adepto das teorias da conspiração para supor a possibilidade de greves gizadas a serviço, não dos grevistas, mas do ADI. Em São Tomé e Príncipe, as fraquezas pessoais são de tal forma aparentes que tornam plausível a hipótese da paulatina instrumentalização tanto das instituições como de movimentações sociais.

terá passado pelo estipêndio de instituições públicas, debilitadas desde o tempo da discricionarieidade revolucionária e, ao longo dos anos, tornadas instrumentalizáveis para os fins particulares dos que têm mais força.

Patrice Trovoada beneficiou do efeito de novidade, que aliou ao da vitimização. Ele dirigiu um governo de coligação em 2008<sup>34</sup> e, após 2010, um minoritário resultante da conquista de 26 dos 55 lugares de deputado. Em 2012, o parlamento aprovou uma moção de censura e o presidente Pinto da Costa – presidente no regime de partido único e eleito em 2011, além de adversário de Miguel Trovoada, com quem partilhara anos de exílio – demitiu o governo<sup>35</sup>. Como habitualmente, Patrice Trovoada deixou o país com um crédito de simpatia popular atribuído ao facto de o não deixarem trabalhar em prol da prosperidade do país e dos seus concidadãos. As táticas de pequeno alcance de parceiros de governação – que derrubaram o governo em 2008 – e da oposição – que derrubou outro em 2012 – só lhe conferiram um crédito de fazedor impedido de trabalhar em prol do povo pelos *políticos* da oposição. O moralismo sumário que permeia as conversas e os raciocínios da *rua* laborou a favor da tática de vitimização possibilitada pelo imediatismo da ação política dos adversários, entendida pela *rua* como determinada pela inescrupulosa procura de ganhos pessoais, crivo que, evidentemente, não aplicou a Patrice Trovoada.

Na realidade, expedientes politicamente ineptos<sup>36</sup> e processos *ad hominem*, em qualquer das circunstâncias judicialmente inúteis e politicamente contraproducentes por só fazerem avultar a ideia de conluio dos velhos *políticos* contra o homem da *mudança*, prepararam o caminho para Patrice Trovoada em 2014 lograr uma maioria absoluta de mandatos, a que se seguiu uma vitória nas eleições presidenciais do candidato do ADI, Evaristo Carvalho, que, embora presidente, obedece ao seu chefe.

No plano eleitoral, a ascensão e a vitória de Patrice Trovoada – de facto, uma vitória dele e não da ADI – beneficiou do hábil aproveitamento de várias circunstâncias,

---

<sup>34</sup> Em 2008, estive uma quinzena em São Tomé na altura em que o governo tomou posse. Constatei uma certa sobrançeria dos adversários que prognosticavam o fracasso do governo – o que todos os arredados do poder vaticinarão a qualquer governo do adversário. Outros achavam que não teria condições (a proibição de transmissão dos jogos de futebol em detrimento de notícias parecia indiciar isso mesmo). Não por acaso, saí de São Tomé absolutamente certo de que o governo não duraria muito. Motivo: não os comentários da oposição mas as reservas de elementos dos partidos da coligação que deixavam antever o derrube a prazo do governo (*testemunho pessoal, A. Nascimento*), o que veio a acontecer, firmando ainda mais a ideia de um conluio dos *políticos* contra Patrice Trovoada.

<sup>35</sup> Cf. SANTOS 2014: 268.

<sup>36</sup> Amiúde, os *políticos*, que não circulam nas ruas, a não ser de *jeep*, parecem perder o contacto com a realidade. Como se pode ter imaginado que um governo indiferenciado, de iniciativa presidencial, podia, ao cabo de dois anos de governação sem impacto visível, reverter o sentimento de simpatia para com Patrice Trovoada?

entre elas, a pressão económica do crescimento demográfico e a incerteza da vida para os novos. Sem acesso a bens ostentados pelo restrito grupo de possidentes, a que, em qualquer caso, se julga com direito, a juventude inferia da sua escolarização básica e do conhecimento do mundo a conclusão de estar a ser privada do seu futuro por quem, perpetuando-se no poder, o exercia de forma corrupta e para fins estritamente pessoais.

Os triunfos eleitorais resultaram, pois, do aproveitamento do ressentimento advindo do moralismo sumário e expedito dos jovens desaposados de tudo e, particularmente, de quaisquer expectativas para a vida. Sem outra certeza além da do adiamento de qualquer intento de vida, eles mobilizaram-se contra os *políticos* que orbitaram em torno do poder desde a independência. Bastou a Patrice Trovoada aludir a “corruptos” e a “ladrões” para concitar apoio<sup>37</sup>. Daí os jovens inferiam ter chegado a sua hora<sup>38</sup>.

Patrice Trovoada concitou popularidade, mas não tem carisma nem nunca fez esforços no sentido da criação de empatia com a população. Sem uma marca ideológica ou programática<sup>39</sup> – apesar de seus acólitos dizerem que “ele está a fazer coisas”, “ele está a trabalhar” –, a adesão que ele suscitou – na esteira do apoio ao que vem de fora e se afigura salvífico – lembra a propensão para a adesão ao mais forte, da qual não se diria ser típica dos Africanos mas que se encontra em contextos africanos.

Ademais, não raro se aventa que dirigentes de outros partidos estão rendidos a Patrice Trovoada, algo que não destoaria da socialmente generalizada prática do *banho*. Sem menosprezar o mérito da pertinácia com que anos a fio foi montada a teia com que Patrice Trovoada se guindou ao poder, o desempenho político dos demais partidos é sofrível, para não dizer risível. Embora sem se poder provar a citada rendição, a confluência da direção do MLSTP, presidida por Aurélio Martins, com Patrice Trovoada lança a suspeita sobre o cruzamento de interesses de elementos de destaque do MLSTP, entre eles, os irmãos Monteiro<sup>40</sup>, com os de Patrice Trovoada.

---

<sup>37</sup> NASCIMENTO 2010.

<sup>38</sup> Por exemplo, para MBEMBE, decorridas décadas, as novas gerações também aspiram a fazer parte da ‘clientela’, ou seja, a aceder às redes de alimentação e enriquecimento, cf. 2013:133.

<sup>39</sup> Aludir ao fim da economia subsídio-dependente ou falar da economia azul pode até significar uma inovação no léxico político, mas tais lemas, falhos de substância, são, sobretudo, lemas.

<sup>40</sup> Ao tempo em que ultimo este texto, dois deputados do MLSTP, os irmãos Monteiro, deixaram o partido (<http://www.stp-press.st/2018/05/11/deputados-irmaos-monteiro-abandonam-mlstp-psd-alegando-perseguiçoes/>, acesso: 13 de maio de 2018). Tal demissão vem na sequência das controversas sentenças judiciais e das medidas policiais relativamente à posse da fábrica de cerveja Rosema, causa imediata do novo agravamento da crise institucional em São Tomé e Príncipe.

Labora uma dinâmica de concentração de poder nas mãos do atual primeiro-ministro, a cujos desígnios a figura presidencial parece vinculada sem outro critério que o da obediência pronta e estrita. Não se sabe até quando os são-tomenses vão poder rir quando falarem do seu presidente que, amiúde, etiquetam de “pau mandado”.

Chegou-se a uma situação de convulsão política criada pelo governo a partir do momento em que na presidência do Supremo Tribunal de Justiça deixou de estar o juiz Bandeira e, é legítimo presumi-lo, Patrice Trovoada perdeu confiança no desempenho a contento desse tribunal enquanto tribunal constitucional e instância decisória em pleitos eleitorais.

Diga-se, uma bem gizada estratégia de conquista do poder não tinha forçosamente de ter como corolário uma crise político-institucional da qual não se vislumbra saída. O desenlace provável desta convulsão é um poder autoritário de Patrice Trovoada, pautado pela aparência de normalidade institucional mas cerceador das liberdades individuais e, obviamente, das possibilidades de alternância no poder.

A exiguidade de São Tomé e Príncipe permite verificar alguns itens, pelos quais se infere uma configuração política que, além atrofiadora das liberdades, só vem acrescentar ódio à acrimónia já gerada pela pobreza e pelo ressentimento social.

Assiste-se ao renascimento do medo. Não há notícias de perseguição a pessoas, conquanto alguns casos de violência sem motivos políticos, perpetrada por indivíduos alegadamente próximos do poder, tendam a ficar impunes. Em todo o caso, pessoas diferenciadas vão sendo excluídas do acesso ao espaço público<sup>41</sup> e não só. Revisitando teses clássicas acerca do alinhamento classista de grupos intermédios, diríamos que quem tem algo tem medo. Na circunstância, acomoda-se ou rende-se.

Já o desespero traz para a *rua* e para a internet quem não tem nada, mas são poucas as vozes clamam contra a atual situação de concentração de poder. Apesar de uma manifestação de relevo de apoio ao Supremo Tribunal de Justiça – cujos efeitos se esgotaram no próprio momento – já ninguém pode contar com o apoio das instituições<sup>42</sup> para a salvaguarda dos direitos cívicos básicos.

---

<sup>41</sup> O espaço público também é composto pelas redes sociais. Mas a aparente universalidade do acesso e a enganadora igualdade dos *posts* mascaram uma impensada marginalidade dos comentários que, além de escrutinados, são relativizados por não poderem ter a dignidade de pronunciamentos debatidos nas instâncias públicas. Tendem, pois, a replicar a marginalidade dos panfletos de há anos (SEIBERT 2001). Ácidos e corrosivos, até pela expressão do que noutros fóruns é indizível, não têm impacto no curso dos eventos.

<sup>42</sup> No caso Rosema, ao arrepio da sentença do Supremo Tribunal de Justiça, a primeira ação policial foi, não a de apoiar, mas de impedir a sua execução. Se a sentença acabou por ser executada, tal deveu-se à

Até pela observância casuística de direitos políticos e cívicos, ainda não se dirá que existe uma ditadura, mas lavra a subversão dos mecanismos institucionais de equilíbrio de poder que forçosamente desembocarão num governo ditatorial. Depois do controlo da informação – a única voz dissonante é o jornal digital *Téla Nón* – e da arregimentação dos vários órgãos de poder eletivos, já se encetaram os passos para o controlo da justiça.

O músculo conferido às forças policiais já vem de governações anteriores. Porém, agora tais forças ostentam a parafernália suscetível de ser usada contra alegados desordeiros e, se necessário, contra deputados na própria Assembleia.

Portanto, não se refutará a asserção de que o fito de Patrice Trovoada é a perpetuação no poder, o que passa pela neutralização dos adversários políticos. Este quadro está em consonância com o que alguns são-tomenses considerarão conforme à *tradição africana* ou do *big man*<sup>43</sup> – para alguns, um chavão impróprio e alienado – ou, afinal, em conformidade com a sua não pertença são-tomense<sup>44</sup>?

### ***No meio da convulsão, qual o lugar da cultura, dos lemas emblemáticos e da política?***

Dada a inépcia da destroçada oposição – cujas palavras em defesa da democracia em perigo valem pouco, não por não serem certas, mas por o “povo” não vislumbrar força política bastante para as sustentar<sup>45</sup> –, é improvável que qualquer ação de cariz político-social detenha esta deriva de poder autoritário e avesso ao Estado de direito democrático. Porquê e como se chegou a esta situação indutora de clivagens e de danos aparentemente irreparáveis?, tal a pergunta que alguns farão.

---

pouca convicção da polícia. Acabou depois revertida pela ação policial, respaldada *a posteriori* numa sentença de outra instância, no mínimo, processualmente duvidosa.

<sup>43</sup> Por exemplo, MBEKI rejeita que tal seja algo de africano, devendo o *big man* ser considerado como uma invenção do neocolonialismo e da Guerra-fria (cf. 2009: 33-34). Esta posição de modo algum é consensual, defendendo alguns que se trata de um padrão profundamente enraizado nas entidades políticas africanas.

<sup>44</sup> De modo algum se poderá sequer duvidar da condição de são-tomense de Patrice Trovoada. Esta pertença é, nos planos jurídico e político, absolutamente inquestionável.

Em todo o caso, tal asserção não deve impedir que se detalhe o sentido das asserções sobre a sua qualidade de não-são-tomense, invetiva que surge nas caracterizações da sua pessoa – por vezes, apodada de gabonês – e nas críticas ao seu desempenho. Não cabe neste trabalho enveredar por tal linha interpretativa, mas cumpre relembrar que quer a credibilidade dos seus propósitos, quer os contornos da sua atuação política devem muito à sua apartação da terra, prática que mantém apesar de ser primeiro-ministro.

<sup>45</sup> Ora, num panorama pautado pela memória de anos de exercício de poder discricionário e de desacerto das opções dos políticos, a repercussão de tais palavras em defesa da democracia parece rala. Ou será rala por se antever uma configuração política contra a qual já não se consegue lutar.

Até há anos, estes debates, mais ou menos esparsos e erráticos, não atraíam a atenção do comum dos são-tomenses, amiúde mais seduzidos por mensagens políticas que anunciassem a capacidade de um efetivo mando. Agora, tecem-se comentários acerca do processo de gestação de um poder autoritário, que alguns consideram já consumado. Uma ou outra voz pertinazmente adversa está fora do país. Outras vozes, que falavam da idiosincrasia do povo como fonte de inspiração de uma nova arquitetura política e eram prontas a denunciar as injustiças do passado, permanecem agora, em parte compreensivelmente, caladas. Indubitavelmente, é mais fácil criticar quando a suposta origem do mal é exógena ou pertence ao passado. Tal não pode deixar de indiciar o escasso alcance de visões da terra, ditas africanas – isto é, pretensamente condizentes com uma moldura cultural vagamente idealizada mas qualificada de africana – cuja transitividade para uma prática política libertadora, quando se faz precisa, não se vislumbra.

Em consonância com modismos hodiernos, outros insistiram nos valores do “povo”, como se, a despeito da similitude com perspetivas essencialistas instrumentalizáveis para desígnios de diversos intentos políticos – alguns dos quais nos antípodas dos arvorados por africanos –, os ditos valores do “povo” fossem, de facto, substantivos<sup>46</sup> e, mais relevante, úteis para a governação de uma sociedade. A existirem, isto é, a terem aplicação em certas esferas da vida grupal, não têm, contudo, préstimo para a condução política, como, aliás, o indicia o curso da política no arquipélago.

Na derradeira década do século XX, concomitantemente com o emergente “cheiro do petróleo” no horizonte do arquipélago, surgiram, até por causa da instabilidade política alegadamente causada pelo modelo constitucional, a par da oportuna reivindicação de uma orgulhosa africanidade da identidade são-tomense, alusões à necessidade de compatibilizar a arquitetura política do regime com a índole do povo<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Acerca da nula transitividade dos valores exaltados por autores são-tomenses, veja-se NASCIMENTO 2007: 76.

<sup>47</sup> As figuras intelectuais são-tomenses não propuseram nenhum modelo de democracia ou, se quisermos ser mais abrangentes, de governação, democrática ou não, mais condizente com a suposta matriz cultural dos ilhéus ou, se se quiser, com as realidades da terra. Excetuam-se vagas recomendações de uma democracia política específica (por exemplo, COUTO 1997: 123) e a sugestão de Gastão Torres, de 1995, de uma estrutura governativa minimalista que dispensaria os partidos (cf. carta reproduzida em CEITA 2012:422-423). A questão que assoma é a de saber se não se propõe a abdicação da democracia por troca com outro regime que de democrático não teria senão uma vaga e irrelevante inspiração, troca que, no dizer de alguns, está agora em curso.

Acerca do “povo” são-tomense – um suposto sujeito histórico desde há anos repescado para efeitos retóricos –, escreveu-se que a sua moral cultural se resume em duas palavras, a saber, liberdade e igualdade. Destes sentimentos, transmitidos geneticamente, nasceu uma gente que venera a liberdade e que reage a todo o tipo de dominação<sup>48</sup>. Trata-se, obviamente, uma idealização voluntariosa mas indevida.

Justamente, o curso da política no arquipélago evidencia a vacuidade de tipificações panfletárias e (inconscientemente) essencialistas, porventura bem-intencionadas, mas, em qualquer dos casos, desfasadas da realidade, como se infere da rendição generalizada ao *banho* – a seu modo, uma confissão implícita de incapacidade de determinação do destino coletivo – e da procura da segurança e de um futuro numa rede clientelar e num laço de dependência pessoal. Aliás, perante a aparentemente imparável construção de um poder autoritário, não se poderia agora pretextar que este processo vinga por a ele subjazer uma (inconfessável) adequação desta deriva política à matriz cultural dos são-tomenses?

Ora, sem perigo de erro, sustentaria que, no presente momento de convulsão, parte dos são-tomenses apreciará mais do que nunca o que agora já se lhes afigura perdido, a sua liberdade e, sobretudo, o seu sossego, que, se necessário, tentarão obter pelo preço de uma forçada acomodação a quem manda(rá), seja pela imposição do medo, seja por um exercício do poder autoritário conquanto não forçosamente disruptivo. Esta hipótese, com o seu quê de especulativo, serve para demonstrar a inanidade de caracterizações voluntariosas mas enviesadas da índole dos povos.

Ao invés do desejo embutido em asserções acriticamente encomiásticas das idiosincrasias<sup>49</sup>, da pluralidade e das diferenças dos subalternos ou dos oprimidos, opinaria que bem mais decisivas do que as idealizadas culturas do “povo” são as instituições indutoras de uma dada cultura política.

Ao arrepio de devaneios retóricos, aqueles para quem o Estado de direito, independentemente das particularidades de que se possa revestir, faz sentido – isto é,

---

<sup>48</sup> Para COUTO, tal disposição resultaria do processo de escravização (1997:30). Ora, a escravização pode gerar ressentimento e desejo de desagravo, mas não necessariamente um desejo de liberdade e de igualdade. Acresce que, ao invés de lucubrações intelectuais, nem sempre os povos ou os oprimidos estão dispostos a lutar, aliás, a maior parte das vezes não estão dispostos a isso.

<sup>49</sup> As idealizações atemporais dos povos e, bem assim, de outros sujeitos coletivos só se compreendem à luz de serôdias fidelidades ideológicas ou, quiçá, em razão da procura da distinção e da proeminência advindas da capacidade de supostamente falar em nome de outros, isto, é do “povo”, com cujos padrões nenhum intelectual se identifica a ponto de os querer partilhar ou ver integrados no seu modo de vida. Dito mais cruamente, a prova da irrelevância dos ditos valores (amiúde invocados por razões instrumentais...) reside na circunstância de ninguém se dispor a viver como o povo suposto guardião dos ditos valores.

que o julgam a moldura adequada e eficaz de governo das suas vidas – dificilmente o trocam por idealizações vagas e por práticas de contornos dúbios e insondáveis.

Na presente convulsão política no arquipélago, muitos são-tomenses clamam, tardia e talvez já inutilmente, pela constituição que, na prática, já está derrogada, desde logo pela criação inconstitucional de um tribunal constitucional de fação, processo já com réplicas na interferência noutros tribunais.

Os acontecimentos recentíssimos – cujas penosas sequelas prosseguem à data da escrita deste texto – comprovam a vacuidade das menções à africanidade ou aos valores locais para a condução política da sociedade isleña. Com efeito, quando se aborda algo decisivo como a tomada de poder e o subsequente estendal de consequências nas vidas pessoais, a arrogada africanidade da alma e dos costumes vale de pouco...

Noutros termos, não se pode descartar a intuição, indemonstrável, de que parte dos enunciados sobre a perspetiva africana, sobre o saber local como passo da construção de novas relações sociais resulta da impossibilidade ou incapacidade de interpelar os *chefes* ou de lidar com as tramas no poder em África.

No plano cognitivo, para a análise do curso da política no arquipélago, bem mais premente do que invocar a descolonização do pensamento e outros procedimentos pretensamente contra-hegemónicos<sup>50</sup> seria poder caracterizar acertadamente, com prova empírica bastante, as ações das personagens, das quais muito do que se ouve dizer não se consegue nem provar, nem infirmar. Cite-se, por exemplo, a ideia de que elementos de destaque de outros partidos estão rendidos a Patrice Trovoada. À primeira vista, a ideia parece absurda e, ademais, não há forma de se provar o enfeudamento de figuras cimeiras do principal partido da oposição, o MLSTP, a Patrice Trovoada. Porém, que as condutas tendem a corroborar este alvitre digno de uma teoria da conspiração, isso é inegável<sup>51</sup>. Se porventura esta hipótese, que anda nas bocas do mundo, pudesse ser

---

<sup>50</sup> Desde há dezenas de anos alude-se à necessidade de descolonizar o pensamento, tarefa louvável se não nos fizer perder de vista que não é em virtude de uma qualquer magia das palavras que se extirpa a opressão que não tem necessariamente cor nem fenótipo.

<sup>51</sup> Não há outra forma de entender a subscrição por parte de figuras do MLSTP da deliberação pela qual, com base numa leitura capciosa da lei, a Assembleia destituiu o Supremo Tribunal de Justiça. De forma intrigante, tal deliberação foi apoiada pela ADI e por figuras do MLSTP (<https://www.telanon.info/politica/2018/05/02/26851/operacao-rosema-mlstp-e-adi-unem-se-para-decapitar-o-stj/>, acesso: 14 de maio de 2018), isto já depois de repetidos alertas sobre o intento de governamentalização do sistema de justiça. O posterior pedido de remoção da assinatura da dita exposição só se explica em razão ou do desenlace no caso da fábrica de cerveja Rosema ou da reação dos militantes do MLSTP. Se porventura a posição e o subsequente recuo são autênticos (<http://www.parvodigital.info/index.php/noticias/politica/item/3775-jorge-amado-firme-na-resolucao-para-suspensao-dos-juizes-do-stj> e <https://www.telanon.info/politica/2018/05/03/26873/aurelio-e-guiva-tentam-redimir-se/>, acesso: 14 de maio de 2018), isto é, determinados pela reflexão dos próprios –, não

provada, certamente se teria outro entendimento das condutas políticas e se relativizariam inanidades como, por exemplo, as pretéritas culpabilizações da constituição<sup>52</sup> como fonte dos conflitos.

Em todo o caso, no arquipélago, o fator local – exiguidade territorial e o isolamento –, que não forçosamente africano, tem peso. Hipoteticamente, deveria ser possível nomear os atores responsáveis pelos conflitos – e isso aconteceu há anos, quando os que estavam na oposição e que hoje integram a clientela do poder<sup>53</sup> já previam a sua vitória eleitoral – ao invés de acusar abstratamente as instituições por inadequadas. Porém, pelas afinidades sociais ou familiares ou pela antevisão da conveniência e/ou necessidade de concertar interesses para eventuais oportunidades de rateio de bens, por regra prevalece a dificuldade em nomear os “farsantes” com quem se pode ter de convir posteriormente.

Como se disse, há anos, a contemporização ou a prudência calculista já cederam o lugar a tonitruantes ameaças dos que se sentiam antecipadamente vitoriosos. Na anterior legislatura, capitalizando a pressentida adesão eleitoral da mole que tende a juntar-se ao (putativamente) mais forte, deputados da ADI terão ameaçado com o recurso, se preciso, a sangue<sup>54</sup>. Tê-lo-ão feito pela antevisão, certa, de uma próxima ascensão ao poder do seu chefe. Aqui chegados, abdicam das medidas para com os adversários e recorrem à força para precaver o uso da mesma tática pelos que hoje estão na oposição. Certamente, nos cálculos de quem assim age não estão computadas (e, é legítimo supor, não podem estar porque prevalecem os ditames do *chefe*) as consequências danosas das dinâmicas disruptivas que, se não são, ao menos parecem

---

deixam de revelar a mais inepta das conduções partidárias. Restam outras questões, por exemplo, como é que o MLSTP aqui chegou? Como foi possível a Aurélio Martins estar à frente do MLSTP contando com o beneplácito dos militantes e a indiferença da sociedade? As perguntas valem para todos os partidos e para o emaranhado de cumplicidades de que, por regra, só se fala à boca pequena. Num certo sentido, tal não deixa de comprovar a falência dos princípios nos partidos perante a valia do dinheiro, falência que começa na arregimentação de fidelidades e no *banho* e acaba, porventura, em entendimentos inescrutáveis e de consequências trágicas para São Tomé e Príncipe.

<sup>52</sup> Ao invés, reconhecendo que a arquitetura do Estado de direito democrático consubstancia valores básicos como a equidade e a justiça – mesmo que, para alguns, estes sejam valores ocidentais –, é a eles que os são-tomenses se agarram para lutar, talvez em vão, contra a implantação de um regime ditatorial.

<sup>53</sup> À margem de juízos de valor, a designação “clientela” visa dar nota da prevalência de laços de obediência que não admitem a dissonância, naturalmente expectável em processos dilemáticos por colidirem já não só com o direito democrático mas igualmente com os costumes e o bom senso.

<sup>54</sup> A putativa força de Patrice Trovoada foi anunciada por comportamentos turbulentos dos deputados da ADI; A este respeito, veja-se <http://www.telanon.info/politica/2014/04/27/16226/declaracao-politica-da-adi-no-parlamento-anuncia-combate-mortal-2/> e <https://www.telanon.info/politica/2014/05/05/16368/governo-responsabiliza-adi-pelo-que-possa-acontecer/>, acesso: 13 de maio de 2018.

irreparáveis<sup>55</sup>, percepção que não é inócua nas reações imediatas – desde o impotente sentimento de revolta ao imperativo da contenção e ao medo – dos vários interlocutores e no grosso da população.

Hoje, lamenta-se a desagregação social, um efeito impensado da desestruturação das instituições iniciada pelo voluntarismo do pós-independência. Se de início, e independentemente da crescente arbitrariedade dos mandantes do MLSTP, as instituições de poder ainda pareceram fazer obedecer o relacionamento social e a árdua luta pela sobrevivência quotidiana a determinações derivadas do direito ou do costume, progressivamente as relações sociais foram inquinadas pela privação e pela influência dos laços clientelares regulados pela aura de prestígio, pelo putativo dinheiro, pela pressentida força e, mais recentemente, pelo medo, vetores estranhos a qualquer noção, mesmo se rala, de bem público.

Perante um clima crescentemente opressivo, sobra, para além das necessárias descrição e explicação desta deriva política, a questão do eventual posicionamento dos estudiosos – são-tomenses, mais africanos e outros – relativamente à identificação e, se pertinente, à valorização de uma abordagem africana – a admitir que ela possa ser específica e útil – nesta contenda, melhor dito, nesta deriva de autoritarismo...

### **Notas finais**

A partir do olhar retrospectivo sobre São Tomé e Príncipe, podemos explicar o estendal de mudanças – umas desejadas, outras nem tanto mas nem por isso menos operantes – e de perda ao longo de mais de quatro decénios de independência como tendo sido determinadas pela conjuntura política internacional da época, a qual, logo no pós-independência, teria empurrado as ilhas para um regime política e socialmente danoso. Os independentistas queriam construir uma sociedade radicalmente distinta do que consideravam um estendal das desgraças de África, mas a via socialista imposta aos ilhéus a coberto da revolução social e do moralmente superior ditame da igualdade revelou-se desastrosa. Na realidade, o início do desastre começou na imposição de uma

---

<sup>55</sup> Atente-se nas palavras de MBEMBE: “As lutas pela subsistência e a violência que as acompanha estão em vias de se tornar uma das modalidades culturais mais pregnantes das sociedades africanas contemporâneas” (2013: 123). Ainda que no arquipélago tal cenário nos pareça improvável – até por a contenção social e a prevenção da dissonância poderem dispensar violência repressiva, na esteira, aliás, da prática colonial – não se pode descartar o recurso crescente à violência, hoje socialmente disseminada em grau impensável há pouco tempo, cf. NASCIMENTO s. d.

situação política apresentada como uma escolha dos ilhéus (conquanto, em parte, também o tenha sido).

Mesmo perante a atual deriva, talvez não se devesse falar de restauração autoritária a menos que se filiasse esta deriva autoritária na subsequente à independência<sup>56</sup>. A ser assim, tal autorizaria a desvalorizar os recursos ideológicos e as vicissitudes de cada uma das épocas para enfatizar o traço comum da construção de um poder pessoal por personagens diferentes. Todavia, se tal fosse uma leitura pertinente, considerar-se-ia que no arquipélago prevaleceria a tendência para a edificação de poderes pessoais indisputados? Por outras palavras, face à atual deriva política, não estaremos perante uma evolução que, despida das roupagens retóricas de antanho, se revela, afinal, convergente com o que se passou no pós-independência, mormente no tocante à concentração de poderes, à instrumentalização das instâncias estatais e, em suma, à corrosão das instituições? Se porventura se corroborasse esta conclusão – a de que, como outrora, se assiste ao gérmen de uma ditadura, independentemente dos artifícios retóricos e das circunstanciais e convenientes justificações – e, por isso, se admitisse a ideia de um permanente movimento arredio dos valores democráticos, teria de se equacionar a hipótese de este ser um movimento, se não inelutável, pelo menos poderoso em São Tomé e Príncipe.

Emergem duas questões: primeira, devemos relativizar os valores da democracia representativa em favor, nomeadamente, do renascimento de valores africanos forçosamente superveniente ao fim do Estado pós-colonial<sup>57</sup> ou de uma solução local, adaptada, de governabilidade? Se sim – resposta de alguns intelectuais, que não necessariamente de políticos nem da *rua*, que, todavia, não raro naturaliza o mando, por vezes até o opressivo –, que valores poderiam as pessoas (que no passado já foram

---

<sup>56</sup> E, lembrariam alguns, na vigente na era colonial. Porém, por muito odiosa que a ditadura na era colonial se afigure, ela não suscita os dilemas que a opressão da autoria dos “nossos” iguais e que partilharam (ou têm memória dess)a opressão.

<sup>57</sup> De acordo com MBEKI, existiram, não Estados pós-coloniais, mas governos pós-coloniais, cujos elementos não controlavam nem os países, nem as economias (2009: 154-155). Não foi o caso do arquipélago, onde é difícil datar o fim do Estado pós-colonial, sobretudo porque, diferentemente de outros contextos africanos – onde o Estado pós-colonial é dado como findo nos anos 80 ou 90 (YOUNG 2004: 24) –, o Estado, mesmo se deliquesciente, não deixou de ser – por exemplo, por efeito da distribuição de réditos e da regulação social – uma referência para políticos e para o comum da população.

Ainda assim, em São Tomé e Príncipe, há uma marca relacionada com a evolução social que permite alvitrar uma datação para o hipotético fim do Estado pós-colonial, a saber, a da aceleração das transformações sociais sucedânea à implantação da democracia. Ao arrepio dos ditames do Estado, tais mutações sociais tornaram a sociedade são-tomense assaz diferente do que o era no ocaso do colonialismo e nos primeiros anos de independência.

enganadas pelos sentimentos, seus e da *rua*, contra o odioso do colonialismo) arvorar para sua defesa perante um poder tendencialmente autoritário de um são-tomense?

Segunda, a não ser um padrão africano, a recorrência de soluções autoritárias constituiria um padrão insular<sup>58</sup>? No caso de São Tomé, remanesce uma questão relacionável com um eventual lastro da sua historicidade, a saber, o da propensão – historicamente situada – para soluções salvíficas e para regimes de *pulso forte* para pressupostamente conter a desordem. No arquipélago, à semelhança do que se observará noutras sociedades, talvez os ilhéus privilegiem um certo sentido da ordem e de previsibilidade dos comportamentos em detrimento da democracia que parece desproteger os mais pobres, até por, ao arrepio das expectativas a democracia não se ter feito acompanhar da reversão dos índices de pobreza e da trajetória de perda do país<sup>59</sup>.

Para ambas as questões, quais os contributos de uma abordagem africana ou local?<sup>60</sup> Se porventura se disser que a atual deriva para o autoritarismo não traduz uma propensão africana – e creio que não traduz, em congruência com a rejeição de uma excecionalidade da condição africana que, no caso em apreço, seria a fonte e causa próxima da privação de direitos –, nem por isso se removem duas dificuldades, a saber, a da caracterização de um *corpus* de valores africanos operantes em tempos e espaços africanos e a forja de teoria e metodologia propriamente africanas, nessa medida, distintas da racionalidade supostamente ocidental.

Os estudiosos podem sofisticar as explicações, dotando-as de ponderações razoáveis: por exemplo, o enfoque das dinâmicas políticas a partir das dinâmicas no terreno não pode ser desprezado, assim como não se deve ignorar a especificidade do campo político africano<sup>61</sup> ou são-tomense, desde que se o caracterize e se explique a pertinência e a proficiência de certos acertos teóricos (igualmente enunciados por muitos autores africanistas, que não apenas por africanos). De outra forma, a reclamada especificidade redundará apenas na indiferenciação das análises, de argumentos e de

---

<sup>58</sup> Ainda que não a consiga demonstrar, cabe a intuição – ancorada na comparação com a alternância de poder nos Açores e em Cabo Verde em contraste com o monolitismo da evolução política na Madeira – de que são muito mais fáceis a apropriação de poder e o multiforme controlo dos tirocínios e das vidas e, logo, dos sentimentos políticos numa ilha do que num arquipélago multipolar.

<sup>59</sup> Acresce a circunstância de a democracia não ser mais entendida como o regime político que mais favorece o crescimento económico. Justamente, não será despropositado saber se, como outros, o comum dos são-tomenses não trocaria a democracia por mais bens e mais conforto numa vida previsível.

<sup>60</sup> Sem respostas, aventar-se-á que a abordagem africana ou local se esgota esterilmente a zurzir fantasmas do passado, tarefa prezada por impossível cumprimento e que, por isso, funciona como uma fábrica de capital de suposta reivindicação mas, em simultâneo, de distração relativamente a opressões hodiernas em África.

<sup>61</sup> Sopesem-se, por exemplo, as considerações em CARDOSO, MACAMO e PESTANA 2002.

valores, indiferenciação que desarma as sociedades perante os titulares do Estado e do exercício da violência ilegítima.

Na senda de uma especificidade cognitiva produtora, pode, por exemplo, falar-se de Estado adaptado como uma noção mais apropriada para descrever e explicar o que outros citam depreciativamente como Estado falhado. Admitamos que, além de menos agressiva, é mais pertinente. Todavia, nem a subtileza retórica nem a precisão teórica resolvem os problemas criados aos são-tomenses pela desarticulação do Estado, relacionável com a deriva autoritária saída de uma solução governativa até há pouco desejada pelos que (equivocadamente) a encararam como a condição *sine qua non* para o exercício de uma justiça reta e pronta, um dos itens da equidade política e social.

No caso, por copiosa que seja a reverberação de supostos contornos teóricos, não se conseguirá iludir a circunstância de alguém mandar arbitrariamente noutro alguém, assim como a de agora alguns são-tomenses erguerem a voz para denunciar, porventura em vão e ingloriamente, a perversão da democracia representativa, a qual em tempos não muito distantes, era depreciativamente taxada de ocidental, conquanto fosse motivo de orgulho para o país e tenha sido condição de ascensão da atual chefia política.

Para este tipo de interrogações e de inquietações, os saberes catalogados com rótulos destinados a enlevar-nos não servem de nada. Ainda assim, o quadro de óbices à construção de um discurso inteligível e partilhável, suportado em provas empíricas bastantes, constitui uma dificuldade menor. Bem mais complexa é a situação vivida em São Tomé e Príncipe e cujos termos podem não ser competentemente descritos nem superados se se recorrer a subterfúgios das idiosincrasias particulares, da africanidade e quejandos. Afinal – e ainda que o facto devesse ser relativizado, desde logo pelas proposições políticas insertas no posfácio da sua biografia, proposições passíveis de concitarem um vasto consenso –, Patrice Trovoada reclamou-se de uma “voz africana”<sup>62</sup>...

### **Bibliografia**

CARDOSO, Carlos, MACAMO, Elísio e PESTANA, Nelson, 2002, “Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos” in *Cadernos de Estudos Africanos* n°3, Lisboa, CEA-ISCTE, pp.5-25

CEITA João Guadalupe Viegas de, 2012, *O Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de São Tomé e Príncipe*, s. l., s. ed.

---

<sup>62</sup> Ainda que a biografia, obviamente laudatória, tenha sido escrita por um português, isso não diminui a pretensão do biografado de ser “uma voz africana”, tal o subtítulo da dita biografia.

- CHABAL, Patrick, 2002, *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres, Hurst & Co
- COUTO, Amaro Pereira do, 1997, *O processo democrático*, tomo 1, São Tomé, Coleções Ponta d'Acha
- JUDT, Tony e SNYDER, Timothy, 2012, *Pensar o século XX*, Lisboa, Edições 70
- MATA, Inocência, 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri
- MBEKI, Moeletsi, 2009, *Architects of poverty. Why African Capitalism needs changing*, Joanesburgo, Picador Africa
- MBEMBE, Achille, 2013, *África insubmissa. Cristianismo, poder e estado na sociedade pós-colonial*, Mangualde, Edições Pedagogo
- NASCIMENTO, Augusto, 2007, *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf> (acesso: 1 de Dezembro de 2013)
- \_\_\_\_\_, 2010, “São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua” in *Tempo do Mundo*, vol. 2, nº3, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, Brasília, pp.45-73, [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/111024\\_rtm\\_portugues03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/111024_rtm_portugues03.pdf), (acesso: 27 de Janeiro de 2014)
- \_\_\_\_\_, 2013a, “As pulsões na política em São Tomé e Príncipe” in *Africana Studia* nº20, Porto, CEAUP, pp.135-152.
- \_\_\_\_\_, 2013b, “Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe” in PIMENTEL, Irene e REZOLA, Inácia (ed.), “Democracia, ditadura. Memória e justiça política”, ed. Lisboa: Tinta-da-China
- \_\_\_\_\_, 2014, “São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra” in *Anuário Antropológico* 40, 1, Brasília, UNB, pp.133-163
- \_\_\_\_\_, 2015a, “A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe” in ROSAS, Fernando, MACHAQUEIRO, M. e OLIVEIRA, P. Aires (coord.), 2015, *O Adeus ao Império*, Nova Vega, pp.175-190
- \_\_\_\_\_, 2015b, “Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza” in *Africana Studia* nº24, Porto, CEAUP, pp.177-202
- \_\_\_\_\_, 2018a, “São Tomé e Príncipe: recordar os mortos e... que dizer dos vivos?” <http://blog.cei.iscte-iul.pt/sao-tome-e-principe-recordar-os-mortos-e-que-dizer-dos-vivos/>, acesso: 26 de janeiro de 2018
- \_\_\_\_\_, 2018b, “A abrasiva situação política em São Tomé e Príncipe: por quem os sinos dobram?” in <http://blog.cei.iscte-iul.pt/a-abrasiva-situacao-politica-em-sao-tome-e-principe-por-quem-os-sinos-dobram/>, acesso: 11 de maio de 2018
- \_\_\_\_\_, s. d., “O curso da violência in São Tomé and Príncipe” [em preparação]
- SANTO, Carlos Espírito, 2015, *A primeira república*, Lisboa, Edições Colibri, 2 vols.
- SANTOS, Carlos Oliveira, 2014, *Patrice Trovoada. Uma voz africana*, Lisboa, Âncora Editora
- SEIBERT, Gerhard, 2001, *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega
- YOUNG, Crawford, 2004, “The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics” in *African Affairs*, vol.103, nº410, Londres, pp.23-49